

O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS PROFISSIONAIS NO NEOCONSERVADORISMO CONTEMPORÂNEO

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

MARIANA FIGUEIREDO DE CASTRO PEREIRA¹

RESUMO: Esse artigo apresenta reflexões sobre o trabalho do assistente social dentro da política social de assistência social e os desafios profissionais dentro da conjuntura neoconservadora e neoliberal no Brasil após 2016, sendo resultado da minha tese de doutorado. A partir de pesquisa bibliográfica sobre as produções científicas da categoria se obteve como resultado que a intensificação do trabalho e a precarização das suas condições veio acompanhada de problemas de autonomia, individualização dos atendimentos, retorno de práticas moralistas e conservadoras, além da burocratização do seu trabalho intensificado pelo uso das tecnologias. Dilemas sobre sua dimensão ético-política além do esvaziamento do protagonismo político dos usuários apareceram na pesquisa, o que indica grandes desafios.

Palavras-Chave: Serviço social, trabalho, assistência social; neoconservadorismo;

ABSTRACT: This text presents reflections on the work of the social worker within the social policy of social assistance and the professional challenges within the neoconservative and neoliberal conjuncture in Brazil after 2016, being the result of my doctoral thesis. Based on a bibliographic research on the scientific productions of the category, the objective was to analyze the repercussions for social workers about their working conditions, functions and attributions in the management and execution of the SUAS. From this investigation, it was obtained as a result that the intensification of work and the precariousness of its conditions were accompanied by problems of autonomy, individualization of care, return of moralistic and conservative practices, in addition to the bureaucratization of their work intensified by the use of technologies. Dilemmas about its ethical-political dimension and involvement in broader social struggles, in addition to the emptying of users' political protagonism appeared in the research, which indicates great challenges to the professional category.

Keywords: Social work, work, social assistance, neoconservatism.

INTRODUÇÃO

¹ Assistente Social (UFRJ). Mestre em Serviço Social (PUC-RJ). Doutora em Serviço Social pela ESS/UFRJ com bolsa da CAPES. Instituição a qual está vinculado: Escola de Serviço Social -UFRJ. E-mail: marianafcp12@gmail.com. Plataforma Lattes/CNPq: <https://lattes.cnpq.br/6197274071641517>.



Em um contexto de banalização da vida social, de fragilização dos direitos socialmente adquiridos e de refuncionalização do Estado - cada vez mais alinhado à agenda neoliberal - vislumbra-se grandes desafios à classe trabalhadora no que tange à precarização dos serviços públicos dos quais ela usufrui e a própria deterioração das condições de trabalho e de sua proteção.

Combinado a esse cenário, identificam-se elementos do conservadorismo que se reatualizam e são sustentados por orientações ideológicas da extrema direita e que vem ganhando força não somente no Brasil, mas em outros países. Conservadorismo esse sob “roupagem moderna”, pois apesar das suas origens no movimento Iluminista e como consequência da Revolução Francesa, adquire aspectos distintos dentro do capitalismo contemporâneo: abertamente reacionário, que flerta com elementos do nazismo e fascismo e se coloca contra pautas progressistas e democráticas acerca das minorias.

Essas pautas retrógradas em defesa da família tradicional, entendida como monogâmica e cristã – e contra tudo que é diverso, rejeitando grupos que desafiam essa normativa de vida moralista – não encontra contradições ou conflitos com as propostas de contrarreforma do Estado e de ajuste fiscal da economia. As diretrizes postas às políticas sociais de focalização, precarização e privatização ganham “novo frescor” pelo campo da moralidade e coerção alcançando assim uma associação que caminha no sentido de rechaçar e condenar ideias, agendas e grupos que desafiam o *status quo* (Mota; Rodrigues, 2020)

Além disso, o deslocamento para o âmbito individual dado ao trato da **Questão Social** e seu deslocamento de responsabilidades ao setor privado, o Mercado e o Terceiro Setor, despolitizam e desqualificam o debate público e impulsionam o processo de responsabilização dos sujeitos, num hiper-individualismo, que converte em problemas pessoais tais expressões da sociabilidade burguesa. A cultura do individualismo fragiliza ainda mais os projetos societários de esquerda e os projetos coletivos progressistas que haviam se conformado durante o processo de redemocratização da sociedade brasileira. Vivenciamos a fragilização total dos direitos trabalhistas e a própria crise das organizações sindicais dos trabalhadores e dos partidos políticos, como algumas das principais expressões do desmonte colocado em curso.

No Brasil tais pautas neoconservadoras encontram no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), de característica autocrática, antipopular e firmada no fundamentalismo religioso um caminho



para a aprovação da agenda do capital financeiro, por meio de ações de natureza antidemocrática com subtração de direitos sociais e trabalhistas.

Esse projeto neoconservador é alinhado à agenda político-econômica neoliberal no Governo anterior, de Michel Temer (2016-2018), que justificava a reforma trabalhista (Lei nº 13.467 de 2017) como pretensa forma de gerar milhões de empregos, mas que resultou na legalização da precarização do trabalho e no aumento da prática na informalidade, a exemplo dos processos de **uberização** do trabalho individual². Tal agenda não se caracteriza como um processo recente no Brasil, tendo seu marco histórico a partir do governo Fernando Collor e mais intensamente no governo Fernando Henrique Cardoso.

A gestão pública a partir dos anos 1990 estará fundada no modelo do **gerencialismo**, que no campo das políticas públicas receberá orientações de cortes, desmonte e uma gestão nos moldes das empresas privadas. A seguridade social sofrerá um processo ambíguo: de um lado, a universalização dos direitos sociais, constitucionalmente garantida e, de outro, ações de privatização, seletividade e **publicização** (Bresser-Pereira; Grau, 1999).

Tendo a Assistência social como campo da pesquisa, partiu-se da hipótese que o processo de profissionalização dessa política social, alçada ao campo do direito social, vem ganhando contornos neoconservadores com retorno ao primeiro-damismo e da reforma neoliberal-gerencial, principalmente a partir de 2016:

[...] os direitos sociais estão sendo literalmente destruídos e a perspectiva constitucional da Assistência Social corre o risco de fazer uma travessia inversa, do direito legal rumo ao “dever” moral de ajuda. Desde 2016, há sério risco de uma retomada da perspectiva filantrópica e primeiro-damista, que reedita programas clientelistas e provoca desmonte institucional e impõe debilidade ao financiamento do Suas (CFESS, 2021, p. 23).

No âmbito do SUAS o cenário após 2016 acirrou tensões no campo do trabalho e dos trabalhadores da política pública, identificando o aumento das relações de contratação por cargos comissionados, que historicamente são atrelados a cargos políticos, refletindo no retorno do primeiro damismo³ e da cultura assistencialista, principalmente em municípios de pequeno porte.

² Para maiores debates ver Antunes (2020).

³ O **Primeiro damismo** é aqui entendido, em referência a Iraildes Caldas Torres (2002), como um trabalho desenvolvido pelas primeiras-damas, mulheres dos gestores públicos eleitos (prefeitos, governadores e presidentes ou outros cargos da



Além disso, essa combinação neoconservadorismo- gerencialismo conferiu precarização aos seus trabalhadores, inclusos os assistentes sociais, com impactos nas condições de trabalho e inclusive na sua dimensão ético-política. Conforme se verifica na pesquisa, a reafirmação de condutas e práticas no Serviço Social que se concebia como superadas, estão vivas e presentes nas próprias orientações ideopolíticas dos profissionais, expressas no enquadramento e disciplinarização dos sujeitos e alimentadas institucionalmente.

Para pesquisa bibliográfica e documental levantou-se dados das produções científicas da própria categoria profissional, tendo como recorte a constituição da Política de Assistência Social (2004) até 2022, data das publicações mais recentes. Foram consideradas as reflexões e problematizações dos assistentes sociais (relatos de prática, pesquisas e teses e dissertações) expostas nos anais do ENPESS e CBAS. Também foram analisadas as resoluções da PNAS, documentos governamentais como os produzidos pelo MDS, pela CIT, CNAS e CONGEMAS; além de produções do conjunto CFESS-CRESS onde esse debate já vem sendo apontado, e materiais informativos que tratam especificamente da gestão do SUAS e dados estatísticos do CensoSUAS.

NEOCONSERVADORISMO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL: A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL EM VIGOR

O **conservadorismo** enquanto corrente filosófica originalmente é marcado por um discurso em defesa da retomada de padrões morais perdidos e por episódios de crise de hegemonia, que expõem a dificuldade de classes dominantes em se manterem no poder como dirigentes e protagonistas de projetos revolucionários. A obra de Edmund Burke (1729-1797), e seu desprezo às instituições republicanas e democráticas, combinado a ideia de reformas e mudanças “pelo alto”, estabelecem o marco do pensamento conservador que irá adquirir nuances e diferentes correntes ao longo da história, em especial após períodos de crises.

administração pública) inaugurado no Governo Vargas e pela figura de sua mulher, Darcy Vargas. Ele atribui um papel ativo e filantrópico a um cargo solene e simbólico, com uma relação de poder e de dependência da primeira-dama e/ ou governante com a população usuária: “[...] Ou seja, a assistência social não é representada aos usuários como um serviço, mas como uma bondade acompanhada do espírito de caridade e de solidariedade para com os mais necessitados, transformando os usuários em seres dependentes e incapazes (Torres, 2002, p. 40).



O pensamento conservador se revitalizará em razão dos eventos da Primeira e Segunda Guerra Mundial, no século XX, sob influências do fascismo, nazismo e socialismo, assim mantendo sua função ideológica. Adquire elementos do **utilitarismo**, do **interacionismo**, da burocracia (como em Max Weber), da **institucionalidade**, mantendo o aspecto moral e reformulando e ampliando valores e princípios da tradição conservadora, direta ou indiretamente (Souza, 2020).

Assim, o termo **conservador** ou **conservadorismo** vem assumindo sentido genérico representando qualquer posição política que não seja revolucionária, com pouco potencial crítico sobre a sociedade capitalista na tentativa de sua manutenção.

A profunda insatisfação quanto ao contexto mundial após duas guerras mundiais e o **New Deal**, aparece em novos pensadores (como Robert Nisbet e Russel Kirk), avessos aos efeitos do progresso e da ciência, a exemplo da crítica quanto à bomba nuclear. Também ganhará respaldo político com o movimento de “caça às bruxas” do governo americano (liderado pelo senador republicano Joseph McCarthy), de censura e “demonização” do comunismo e de qualquer pensamento considerado revolucionário. Objetivava a retomada da religião e o resgate de valores tradicionais norte-americanos (o “american way of life”) tendo influenciado inclusive nas eleições que elegeram Donald Trump (2017-2020). Assim, apresenta-se como uma saída da crise, de combate a socialdemocracia e às correntes ideológicas de esquerda que apoiaram o **Estado de Bem-Estar**.

A aderência desse pensamento com o projeto econômico neoliberal de Estado mínimo e de propostas de privatização e terceirização aparece sem muitos conflitos teóricos e revitalizado (neoconservador). No Brasil, a partir dos anos 1990, a questão em torno da **refilantropização** da assistência social sofreu influência direta dessa corrente não somente em espaços acadêmicos, mas adentrando os espaços partidários.

A heterogeneidade do neoconservadorismo não impede pontos em comum como a questão da moralidade, a santificação da família e a exaltação da vida privada, que ganham novos contornos com a aceleração das novas tecnologias e do mundo virtual como parte da sociabilidade contemporânea.

Segundo Guerra (1999), a renovação desse pensamento se gesta na chamada **crise de paradigmas** que após a Segunda Guerra Mundial revela que os paradigmas clássicos já não serviam para explicar os fenômenos contemporâneos, sendo necessário novas teorias e a alteração no objeto



da Sociologia. Na esteira da crise econômica e dos projetos ideológicos do fascismo, socialismo e do próprio questionamento do capitalismo, se desvela a ausência de respostas sobre esse cenário no campo epistemológico. Nessa lacuna intelectual, aparecem respostas nebulosas e obscuras, que segundo a autora, permitem o ecletismo das teorias consensualistas e um relativismo extremado, permissivo aos discursos apocalípticos.

A percepção geral é de sentimento de insegurança, medo e de relações sociais percebidas como efêmeras e instáveis, com tendência ao intimismo e retorno a questões privadas (como a família e o clã), que são justificadas pelo cenário de globalização, instabilidade econômica, guerras televisionadas, no empobrecimento da classe trabalhadora e na desregulamentação do trabalho. Pode se adicionar a esse processo, a partir dos anos 2000, o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) de maneira mais generalizada pela população nas relações de trabalho, intensificando-as pela via do **trabalho remoto**, e na fragmentação do acesso à informação produzindo desde análises conjunturais aligeiradas e imediatistas e até a produção das *fake news*.

Essa conjuntura é extremamente favorável para a desqualificação da política, na despolitização dos espaços públicos e no ocultamento da luta de classes, que combinados ao fim das experiências socialistas - como a União Soviética – impactaram na crise dos partidos políticos da classe trabalhadora e na crise econômica nos anos 1980 e 1990, o que possibilitou a retomada dos partidos conservadores e de fortalecimento da extrema direita.

O **neoconservadorismo** se instala dessa forma nesse contexto de deslocamento do poder público para instâncias particulares, com a valorização de autoridades religiosas, místicas ou formas despóticas que se sobrepõem ao Estado democrático de direito, refletindo na repressão aos movimentos sociais e sindicais, na criminalização da pobreza e da **negação do outro**: “[...] quando o outro é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças” (Barroco, 2011, p. 209).

Nas instituições não encontrará resistência ao aliar-se às formas de controle da classe trabalhadora pautadas na racionalidade tecnocrática objetivando produtividade, atendimento de metas e com alta competitividade. Busca-se assim um perfil de trabalhador pouco crítico, entendido aqui na sua dimensão política e puramente técnico, onde os trabalhos repetitivo e burocrático se tornam práticas a serem destacadas e a dimensão intelectual-criativa é esvaziada e moralizada.



No caso do Brasil nota-se uma diversidade do repertório conservador “à brasileira”, sustentado pelo desenvolvimento das classes sociais e da constituição do Estado republicano, do passado colonial-escravocrata, pelas formas autocráticas e preconceituosas das relações de poder que formam o país.

Souza (2020) dedica-se a analisar o conservadorismo como **ideologia**, resgatando sua gênese e matriz explicativa dentro da modernidade capitalista e assim objetivando destacar os interesses classistas por trás, tendo como hipótese a ideia de que no Brasil atual está em andamento uma tendência de elevação da ideologia do conservadorismo enquanto projeto político hegemônico das classes dominantes, o que explica as eleições de 2018 e o **impeachment** de 2016. Para o autor, a combinação da política econômica neoliberal com a associação eclética no campo teórico demarca esse projeto neoconservador das elites nacionais.

O cenário que demarca a volta dos grupos conservadores no poder e a perda da hegemonia política e popular do PT se gesta a partir das chamadas **jornadas de junho**. Ocorridas em 2013 sob a pauta dos **movimentos do passe-livre** em torno da redução das tarifas de transporte público ganham adesão de outras camadas sociais insatisfeitas com a corrupção atribuída à gestão petista dos últimos anos (“o escândalo do mensalão”⁴) e mais detidamente ao governo Dilma Rousseff (Quintela, 2020).

Apesar da impopularidade, a presidenta é reeleita em 2014, contudo, o cenário de recessão econômica mundial de 2015, o crescimento dos índices de desemprego e os desdobramentos da **Operação Lava-jato** em 2014 alavancaram o movimento antipetista no país. O apoio popular e da maioria dos grandes partidos políticos foi liderado por Eduardo Cunha (PTB), à época presidente da Câmara dos Deputados, cuja função e alianças com a direita e extrema-direita, abriu o processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

Além disso, o resultado das eleições para o Congresso em 2015, composto por grupos religiosos conservadores e de alas diretamente relacionadas aos grupos militares e policiais, além dos ruralistas, permitiram a composição de uma bancada que se utilizava de pautas moralistas, retomava

⁴ O Mensalão foi considerado pelos veículos de mídia um dos maiores escândalos da história política do Brasil. Foi um caso de corrupção e tráfico de influência exposto pelo deputado federal Roberto Jefferson (PTB) que ao ser acusado de chefiar um esquema de corrupção nos Correios em maio de 2005, expôs e denunciou o esquema de negociação de cargos e repasse de dinheiro - como uma mesada - a deputados da base aliada do governo no Congresso, acusando assim o envolvimento e ciência de Delúbio Soares, tesoureiro do PT, do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2012, o caso foi julgado pelo STF (Jornal O Globo, 2005; 2012).



princípios neoliberais e recusava a gestão de cunho socialdemocrata dos governos do PT. Se tornou assim a base da oposição político-partidária para a saída de Dilma Rousseff no poder executivo; base essa com recursos financeiros e instrumental de influência (via mídias sociais, canais de televisão e jornais) para atingir o apoio popular e partidário do governo.

A saída de Dilma Rousseff representou muitas coisas, dentre elas o fim da **era PT**, um partido de origem sindicalista e popular, que representou a ruptura da trajetória histórica no poder republicano sempre feita pelas elites, e com agendas focadas em políticas sociais atentas as desigualdades. Esse elemento em conjunto ao protagonismo feminino e pioneiro no mais alto cargo executivo do país - criando secretarias e programas voltados às minorias com foco na participação popular, diversidade e inclusão - incomodavam os grupos conservadores e as ideias da normativa da moralidade cristã e do *ethos* conservador.

Ao retomar e renovar o campo da moralidade polarizando-o e incluindo-o no espaço público e com certa adesão popular, os neoconservadores encontram espaço na conjuntura de crise externa para se assumirem como uma solução possível, antipetista e anticomunista às elites, que compraram essa ideia. Assim, Michel Temer (MDB), vice-presidente, assume o comando da presidência (2016-2018) dando institucionalidade ao projeto neoliberal-gerencialista e neoconservador, intensificando contrarreformas do Estado e com um modelo de governo autoritário e liderado pela extrema-direita, como alternativa funcional às elites nacionais⁵. O aumento da taxa de informalidade, a queda no subconsumo da classe trabalhadora e os aumentos da pobreza contraditoriamente serviram para a aprovação da **Emenda Constitucional 95** e da nova legislação trabalhista.

A continuidade desse modelo de governo se dará na busca por um representante historicamente conservador e que se aproximasse de novas pautas neoconservadoras não mais exclusivamente católicas, mas evangélicas (e de outras religiões conservadoras) e que garantissem uma frente de apoio para as disputas eleitorais em 2018.

Com longa trajetória na política do país e tendo sido eleito o deputado federal mais votado no estado do Rio de Janeiro em 2015, Jair Bolsonaro (PP) ocupa o cargo até 2018 e renuncia para assumir a presidência em 01 de janeiro de 2019. Eleito como 38º presidente da república pelo PSL (Partido Social Liberal) em 2018 – partido antes pequeno e insignificante politicamente – priorizou

⁵ Propostas presentes no Programa do Governo chamado de “Ponte para o futuro”.



em seu governo questões como: segurança pública e a política pró-armamento, a defesa da propriedade privada via reforma estatal e políticas econômicas liberais; contra o comunismo e partidos de esquerda bolivariana; contra cotas raciais e a ideologia de gênero, conferindo assim características abertamente racistas, misóginas e homofóbicas.

A construção de um **hibridismo** entre neoliberalismo e neoconservadorismo, ou seja, “Liberal na economia, conservadora nos costumes” demarcam o perfil da gestão de Jair Bolsonaro, que é adicionada ao fenômeno do **mito**, uma manobra de pessoalizar sua função e descaracterizar seu papel burocrático-legal, trazendo legitimidade carismática e popular.

Em consonância com a gestão de Temer, e agora com base maior de apoio popular e parlamentar, o Governo Bolsonaro atuou na revisão de programas e ações criadas nos governos petistas. Os efeitos às políticas sociais públicas e as orientações finalísticas dadas a elas, sob a justificativa do corte orçamentário e congelamento dos investimentos, aparecem de forma perversa aos usuários dessas políticas permeadas pelo neoconservadorismo. No caso do SUAS, a Portaria nº 2362/2019 do Ministério da Cidadania indicou aos municípios os sucessivos cortes nessa política pública pelo Governo federal, pondo em risco o pacto federativo e a continuidade dos serviços.

A queda progressiva dos recursos destinados ao SUAS, tanto orçamentários quanto financeiros impediam o repasse automático, regular e que assegure serviços e direitos constitucionais. A queda orçamentária acentuada a partir de 2019 retornou ao patamar da década de 1990, num evidente retrocesso no país. As práticas de emendas viabilizadas pelo **orçamento secreto** operam-se no intuito dos interesses particulares partidários e clientelistas, desorganizando o SUAS e enfraquecendo a gestão orientada por pactos, acordos e planejamentos, na contramão da lógica republicana. Além disso, afetam a população usuária e na garantia dos serviços e das equipes de trabalhadores, sendo necessário “refundar a proteção social brasileira”, segundo publicação em nota pública do Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS) em 2022.

Essa lógica do Governo Bolsonaro caminhou contrariamente ao Estado democrático de direito, e se potencializou com a criação do **Auxílio Emergencial** durante a pandemia de COVID-19 desarticulando programas como o **Bolsa-Família**, depois transmutado no Programa **Auxílio-Brasil**, que em si já envolve problemas quanto a fonte de recursos e público-alvo.



Entende-se assim que perpetuando a cartilha neoliberal dos governos anteriores, desde a era FHC, a lógica da racionalidade gerencial não sofreu constrangimentos ao se defrontar com o neoconservadorismo de base teológica evangélica no Governo Bolsonaro.

A retomada do conservadorismo, ou do movimento neoconservador, teve certa retração a partir da PNAS em 2004 se pensarmos a valorização da profissão e expansão vertiginosa do mercado de trabalho para os assistentes sociais, muito pela agenda governamental do Presidente Lula e os concursos municipais alinhados aos pressupostos do SUAS em 2011. Porém, o processo de precarização das condições de trabalho da classe trabalhadora – presentes pela reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho – se intensificaram a partir da crise em 2008 e mais ainda a partir de 2016, penetrando em espaços sócio-ocupacionais que sempre sofreram mudanças “ao sabor dos ventos eleitorais”, e em especial, a partir do Governo Temer e suas pautas conservadoras-liberais.

Afetou em boa medida os assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais nas políticas sociais, historicamente tratadas como barganha política, e disso nos referimos à assistência social e à saúde, com diversificação de relações de contrato de trabalho e alta rotatividade (CFESS, 2022). A despolitização dos trabalhadores e descrédito dos organismos sindicais – como estratégia ideológica neoliberal – possibilitou o questionamento quanto à importância das entidades representativas das classes e a fragilização das identidades profissionais.

Quanto ao Serviço Social, os debates sobre o exercício profissional e sua formação foram considerados na pesquisa documental e bibliográfica sendo discriminados em três partes: (a) relações e condições de trabalho; (b) competências profissionais na gestão do SUAS e; (c) desafios contemporâneos. Em função do tamanho da pesquisa, os resultados foram condensados e resumidos para se adequarem ao formato da publicação.

O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO SUAS: CONDIÇÕES, FUNÇÕES E DILEMAS ÉTICOS

Tomou-se como ponto de partida para a pesquisa bibliográfica a análise do objeto (o trabalho profissional na assistência social) a partir das produções dos próprios profissionais que discutem, investigam e atuam nessa área permitindo um panorama de informações e dados ricos e atuais (anais



CBAS e ENPESS, a partir de 2004)⁶. Se considerou que as produções científicas sobre a gestão na assistência social cresceram em vista da criação da PNAS em 2004 e da LOAS em 1993. A criação de leis específicas para a política de assistência social e de resoluções e regulamentações que incluíram o trabalho dos assistentes sociais na gestão e execução de tal política (a NOB-RH, por exemplo) indicaram o aumento da produção científica, seja com relatos de experiências em eventos quanto em artigos e em livros.

No total foram levantadas e analisadas 131 (cento e trinta e um) produções nos anais. Também foram considerados para essa pesquisa materiais produzidos pela categoria, como o produto do Seminário SUAS (CFESS, 2011), o material acerca do perfil dos assistentes sociais no Brasil (CFESS, 2022), além de materiais informativos, estatísticos e orientadores da política de assistência social.

O debate sobre as condições de trabalho do assistente social é intrinsecamente relacionado aos determinantes que incidem sobre o mundo do trabalho na contemporaneidade. Estabelecer esse paralelo é essencial, pois a precarização do trabalho incide sobre toda classe trabalhadora e seus rebatimentos implicam na qualidade de vida das pessoas, nas formas de acesso aos serviços públicos e privados e na garantia dos direitos socialmente construídos por essa mesma classe. No campo da assistência social não é diferente.

Aos trabalhadores da assistência social aparece o paradoxo entre as conquistas constitucionais no campo do direito social em paralelo à agenda econômica neoliberal dos mínimos sociais. A instrução dessa agenda chancela o trabalho precarizado, orienta acerca da redução de concursos públicos e do enfraquecimento do funcionalismo público comprometendo a gestão das políticas sociais e impactando na qualidade do atendimento à população usuária. A exemplo de: congelamento dos salários dos servidores públicos em relação à inflação, exigências de metas sobre

⁶ A escolha por edições mais recentes dos eventos profissionais se deve por algumas razões: a) o marco histórico a partir dos eventos do golpe de 2016 e o ingresso de governos ultraconservadores tanto nas esferas executivas quanto no próprio legislativo brasileiro com seus projetos de desconstrução e desmonte das políticas sociais em especial da educação, saúde e assistência social; b) as dificuldades em acessar anais de algumas edições de maneira física muito em decorrência da pandemia do COVID-19, que restringiu o acesso às bibliotecas e instituições, além da indisponibilidade de materiais digitalizados; c) o acúmulo já existente de debates e pesquisas que analisaram os anais e eventos a partir de 2004 e 2011, com a PNAS e o SUAS.



a produtividade a partir de valores de eficiência, na ampliação de contratos temporários e de pessoal terceirizado na esfera pública.

Nas produções analisadas são enfatizados relatos de experiência acerca do trabalho dos assistentes sociais nos equipamentos públicos como CRAS e CREAS apontando: baixos salários, relações trabalhistas frágeis com tipos de contratos precários através de projetos por tempo determinado, onde a inserção nesses espaços sócio-ocupacionais é marcada por relações de afinidade pessoal ou indicação política, sendo desconsiderada a qualificação e formação profissional. O processo de contratações precárias não é exclusivo dos municípios de pequeno porte, inclusive em gestões estaduais no território brasileiro, a exemplo do Governo do Estado do Rio de Janeiro que vem realizando na última década processos seletivos pouco publicizados ou por meio de indicações políticas⁷. Nesses processos, os assistentes sociais e outros trabalhadores se enquadram como prestadores de serviços por tempo determinado, sem vínculo empregatício ou qualquer proteção trabalhista

Tal enquadramento funcional pasteuriza as especificidades das categorias profissionais, não respeitando as leis e conquistas das profissões, tampouco as atribuições privativas de cada uma. Além desse tipo de contrato, coexistem cargos comissionados por indicação política onde não há qualquer obrigatoriedade de formação ou especialização, junto aos servidores concursados e terceirizados, onde todos realizam as mesmas funções. Há outra tendência também de transformar o trabalhador em pessoa jurídica, conhecida como **pejotização**, onde ele assume os custos previdenciários e as instituições não assumem encargos trabalhistas.

Referente à remuneração dos assistentes sociais que trabalham no SUAS, verifica-se que a média de rendimento é de 2 (dois) a até 3 (três) salários-mínimos, em forma de RPA ou CLT e muitas vezes com recebimento em atraso em relação ao restante da equipe de servidores e comissionados, que ganham mais. Em função dos baixos salários, verifica-se que muitos assistentes sociais recorrem a duplicidade de cargos, atuando em mais de um município e emprego para aumento de sua renda familiar.

⁷ Essa afirmativa refere-se a minha experiência como assistente social no Governo do Estado do Rio de Janeiro (RJ) em 2015, estando enquadrada como especialista, por via de bolsa de pesquisa vinculada à UERJ, com carga de 40 horas semanais.



Os governos Temer e Bolsonaro deram continuidade à reforma trabalhista com proposta de retrocesso no quantitativo de servidores públicos, o que explica a redução significativa de concursos públicos nos anos 2016 em diante. Na gestão dos governos de Lula e Dilma Rousseff já estava em curso o projeto de reforma do funcionalismo público⁸, mas os números se mesclam paralelamente ao aumento de concursos e processos seletivos iniciados pela PNAS (2004) e o SUAS (2011), que exigiam a criação dos equipamentos socioassistenciais e de equipes.

No caso dos assistentes sociais servidores públicos, sua condição de estabilidade não impede que haja a precariedade nas relações de trabalho, pois ela é acompanhada pela estagnação dos seus salários em relação à inflação, por situações de submissão hierárquica e assédio, o que gera um desestímulo dos profissionais, segundo as produções analisadas.

Também foram encontrados inúmeros relatos nas produções da categoria acerca da falta de ambiente de trabalho adequado para o atendimento de qualidade, com dificuldades em assegurar o sigilo profissional, previsto no Código de Ética profissional. Outro ponto é a falta de material de escritório e equipamentos eletrônicos para a garantia do atendimento dentro do que é disposto nessa política e nos programas relacionados a ela: computador, impressora, telefone, internet; além de poucos recursos para transporte para realização de visitas.

Verifica-se que o aumento de contratações de assistentes sociais a partir da implantação do SUAS em 2011 não acompanhou relações e condições de trabalho melhores, pois muito possuem contratos temporários e cargos indicados por políticos ou seus familiares (como vereadores, secretários, os prefeitos e suas mulheres) sob alta rotatividade e instabilidade, o que reflete na qualidade do atendimento, na autonomia profissional e na descontinuidade das intervenções que adquirem caráter pontual e imediatista.

O uso das TICs é também um ponto intrínseco ao trabalho profissional na contemporaneidade, influenciando no processo de burocratização nos diversos espaços sócio-ocupacionais, visto que impactou no cotidiano profissional e na formação (graduação, pós-graduação e capacitações). Ganhou ampliação e intensificou-se após a pandemia de COVID-19, a partir de 2020. A técnica de “gestão por resultado”, outra forma de intensificação do trabalho, vem sendo incorporada ao serviço público e impactado na saúde mental dos trabalhadores.

⁸ Como a Emenda Constitucional n. 41/2003.



Nota-se a partir dessas informações coletadas que a competência profissional é esvaziada de cada especialidade e mais, que são transformadas como **“qualidade de se trabalhar com recursos escassos”**, com clara valorização da precariedade. A pulverização das ações se torna **modus operandi** e lugar comum sendo uma tentativa de viabilizar o trabalho nesses espaços, mas que nada tem a ver com a criação de estratégias profissionais e sim a forma mais pura de flexibilização do trabalho.

Essas novas exigências resultam em novas habilidades, que fogem à formação profissional resultando na procura por qualificações e cursos de especialização que não possuem proximidade com a área e a inserção sócio-ocupacional⁹, sendo no fim respostas para ingresso e permanência no mercado de trabalho. Assim, a questão da identidade profissional aparece em limitações postas ao trabalho interdisciplinar, sem saber “onde começa e termina seu fazer profissional”, e perpassa no sentido de quais aportes teórico-metodológicos o assistente social se utiliza e como segue as prerrogativas ético-legais de cada profissão, onde a pauta político-organizativa não pode estar desvinculada.

Na pesquisa bibliográfica identificou-se a retomada da moralização e culpabilização dos assistentes sociais no atendimento aos usuários e famílias do SUAS, além da pasteurização das funções entre trabalhadores do SUAS, o que implica em questões quanto às atribuições privativas e fragilidade da especialidade profissional.

Credita-se a esse ponto da pasteurização ao uso das normativas e orientações técnicas produzidas para os trabalhadores do SUAS, que acabaram por se transformar em um “manual” a se seguir estritamente nesses espaços. O gerencialismo presente nas políticas públicas tem imputado uma burocratização exacerbada nos processos de trabalho, com metas de produtividade que foram dinamizadas com o uso das TICs (reuniões remotas longas e seguidas, softwares para medir as atividades do trabalhador, bem como fiscalizá-lo).

Nas pesquisas e produções analisadas encontrou-se inúmeros relatos de impactos na saúde física e mental desses trabalhadores – concursados ou não – e que foram intensificados a partir da pandemia nos anos de 2020 e 2021, e que precisam ser mais detidamente analisados quanto aos

⁹ Alguns trabalhos publicados no CBAS e ENPESS apontam cursos como terapia sistêmica realizados por assistentes sociais em capacitações complementares, e que embora não seja um ponto novo no debate profissional reacendem a reflexão sobre a formação e o papel das Instituições de ensino.



impactos futuros sobre os profissionais. Casos de morte¹⁰, afastamento por meio de licenças médicas, pedidos de exoneração ou mudança de setor também foram apontados em razão dessa conjuntura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conservadorismo em toda a sua complexidade dentro da ordem burguesa vem assumindo formas contemporâneas expressas na sociabilidade, nos projetos dos governos e organizações, além do campo das políticas sociais. A racionalidade técnico-burocrática aliada a ele se assenta no mundo do trabalho – com exigências sobre a produtividade e eficiência – e incide na execução dos serviços sociais, na medida em que retoma aspectos de culpabilização das famílias, criminalização da pobreza e destituição da assistência social como campo do direito.

Após 2016, com ingresso do governo Temer e sucessão do Governo Bolsonaro esse movimento ganha força, personificação e discurso. O assistencialismo, o irracionalismo e a religiosidade saem do seu papel secundários, muito combatidos anteriormente, para se tornarem protagonistas da agenda dos governos e expressos nos programas sociais

Essa conjuntura aparece refletida nos eventos da categoria profissional (ENPESS, 2018; CBAS 2016 e CBAS 2019), externando a preocupação acerca do desenvolvimento e execução das políticas públicas, apontando obstáculos quanto a garantia dos direitos dos usuários, transmutados em ajuda e despolitizados quanto ao viés da universalidade e organização política popular. Essa retomada da herança assistencialista é inclusive problematizada nos trabalhos apresentados pelos assistentes sociais que atuam na execução das políticas e em especial nos que debatem o tema família e por isso foram consideradas nas análises dos anais.

No que diz respeito aos usuários do SUAS, em particular dos programas de transferência de renda, nas pesquisas foram descritos os aspectos subjetivos acerca dos sujeitos atendidos, com referências a sentimentos de “vergonha” e “culpa” na procura pelos serviços socioassistenciais, posições de conformismo, apatia e espera de “ajuda divina”; como se os seus problemas e demandas fossem descolados da realidade. Apesar da valorização do papel dos equipamentos socioassistenciais

¹⁰ Ver nota Conjunto CFESS/CRESS sobre o falecimento de assistentes sociais e estudantes em decorrência da COVID-19. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/memorial>. Acesso em: 10 de out. de 2023.



e da equipe técnica foram identificadas nas publicações o desconhecimento da população sobre a política de assistência social, reflexo da falta de fortalecimento dos espaços de controle social que asseguram o campo dos direitos (seu acesso, ampliação e fiscalização) e das intencionalidades dos governos na despolitização do SUAS.

De um lado sobrecarrega-se os trabalhadores atuantes nesses espaços, em função da crescente demanda, o que impacta a qualidade dos serviços públicos. De outro, reforçam a dinâmica da privatização do setor público – a exemplo das Organizações Sociais (OSs) – e alimentam os diversos tipos de contratações precárias de trabalho, sejam terceirizados, temporários ou por indicação política, reforçadas pelo primeiro damismo e pressionadas pelos discursos conservadores e assistencialistas. Esses discursos atravessam as relações e transbordam-se nas práticas sociais, nos atendimentos e em como os usuários “leem” essa política social.

A questão de mobilização organizativo-sindical foi outro ponto observado nesse espaço sócio-ocupacional. Tratada de forma fragmentada, a coletivização de lutas era desconstruída em vista dos diferentes modelos de contratação e salários, o que incutia à dimensão política um conteúdo “negativo”. Dito de outra forma, eram valorizados os profissionais da equipe que se apresentavam como “puramente técnicos” e produtivistas, e quando emergia algum debate quanto às condições de trabalho (como salários atrasados, sem proteção trabalhista etc.) sofriam críticas da própria equipe numa tentativa de fragmentar a questão trabalhista enquanto um problema de determinada forma de contratação e não relativo a luta de classes.

Por último, acredita-se que no caso da política de assistência social o caminho siga no fortalecimento dos espaços de controle social, em especial as conferências, em vista de sua característica democrática desses espaços onde é possível transparecer os diferentes projetos de classe latentes, não sendo por acaso que foram sistematicamente desvalorizados no governo Bolsonaro, conforme própria análise do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)¹¹.

Retomar o protagonismo popular, além da organização sindical e dos movimentos sociais (tão combatida nos governos anteriores) é necessário. Entendê-los como atividade política e educativa inclusive para os trabalhadores do SUAS pode ser uma estratégia de mobilização contra os projetos

¹¹ Manifesto CNAS: “Representação e representatividade nos espaços de controle social”, de 07 de fevereiro de 2023.



neoconservadores, evidenciando-os e questionando seus compromissos e objetivos e assim, fortalecendo a dimensão política do trabalho.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 106. p. 205-218. Abril/junho. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- CFESS. **O trabalho do/a Assistente Social no Suas**: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.
- CFESS. **Assistentes sociais no esquentando da Conferência - Reflexões para 12ª Conferência Nacional de Assistência Social (2021)**. Coletânea de textos. Brasília- DF. CFESS, 2021.
- CFESS. **Perfil de Assistentes sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília- DF: CFESS, 2022.
- GUERRA, Yolanda Demetrio. Modernidade: crise de paradigmas ou final do sonho? In: Libro Docente. **Escuela de Trabajo Social**. Universidade de Costa Rica. 1999. p. 01-18. Disponível em: <<https://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000421.pdf>>. Acesso em: 03 de abr. de 2022.
- MEDEIROS, Moíza Sibéria Silva de. O Primeiro-Damismo e a Gestão da Assistência Social: Desafios ao Serviço Social. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.29, n. 1 (especial). p. 311-338, 2019.
- MOTA, Ana Elizabeth; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212. maio/ago. 2020.
- QUINTELA, Débora F. A direita bolsonarista: neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização política da “família”. In. **Anais do Encontro ANPOCS**, 44, 2020. São Paulo: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, p.01-25, 2020
- SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo** [recurso eletrônico]. Recife: Ed. UFPE, 2020.
- TORRES, Iraídes Caldas. **As primeiras-damas e a Assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.